



ANais DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XXV (2025)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata (1612)

José Carlos Vilardaga 

Como Citar | How to Cite

Vilardaga, José Carlos. 2025. «Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata* (1612)». *Anais de História de Além-Mar* XXV: 147–176. <https://doi.org/10.57759/aham2025.48992>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2025. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2025. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612)

José Carlos Vilardaga*

Anais de História de Além-Mar XXIV (2025): 147-176.

DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.48992>.

Resumo

O presente artigo busca analisar o manuscrito de Ruy Díaz de Guzmán, aqui intitulado *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612), em uma de suas edições críticas recentes (2012). A obra é fonte para diversos trabalhos historiográficos sobre a ocupação colonial do Rio da Prata há pelo menos dois séculos. Com foco na temática da fronteira, em seu sentido tanto espacial, quanto identitário e discursivo, a obra de Guzmán é aqui problematizada no sentido de compreender como a narrativa participa da conformação de um espaço platino colonial, na qual entram em cena as relações com os povos indígenas, com a vizinha América portuguesa, o processo de fundação de cidades e a valoração da mestiçagem.

Palavras-chave: Ruy Díaz de Guzmán, mestiçagem, Rio da Prata, fronteiras coloniais.

Data de submissão: 28/12/2022

Data de aprovação: 5/05/2026

Abstract

The present article seeks to analyze the manuscript by Ruy Díaz de Guzmán, here titled *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612), in one of its recent critical editions (2012). The work is a source for several historiographical works on the colonial occupation of the Rio de la Plata for at least two centuries. With a focus on the theme of the frontier, both in its spatial, identity and discursive sense, Guzmán's work is problematized here in order to understand how the narrative participates in the conformation of a *platino* colonial space, in which relations with indigenous peoples, with neighboring Portuguese America, the process of founding cities, and the valuation of crossbreeding come into play.

Keywords: Ruy Díaz de Guzmán, crossbreeding, Río de la Plata, colonial frontiers.

Date of submission: 28/12/2022

Date of approval: 5/05/2026

* Departamento de História, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8245-7837>. E-mail: jvilardaga@unifesp.br.

Ao nos debruçarmos sobre o manuscrito de Ruy Díaz de Guzmán (c. 1560-1629), também conhecido como *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612),¹ a temática da “fronteira” emerge imediatamente, e em toda a polissemia que o termo carrega em si. Sabemos bem que, ao mesmo tempo que os limites postos pelas fronteiras intencionam a demarcação de bordas, elas sistematicamente tendem ao transbordamento. Na ânsia de limitar, a fronteira, paradoxalmente, proporciona aproximações e contatos mais ou menos regrados conforme as conjunturas. Nesse sentido, sob uma perspectiva histórica, as análises sobre as fronteiras coloniais, por exemplo, têm feito ressaltar sobretudo seu sentido fluido, de “membrana” (Slatta 2012), e seu aspecto integrador, que aproxima culturas e gera zonas de contato, de mestiçagem ou de transculturação. O desafio aí é nunca perdermos de vista o caráter violento e assimétrico presente nestes “encontros” (Boccaro 2005; Herzog 2015; Prado 2012).

Cabe ainda destacar que o tema da fronteira tem um papel destacado na história e historiografia das Américas – pois ele se atrela às fronteiras étnicas, às demarcações ibéricas desde Tordesilhas, ao processo de expansão colonial e às fronteiras internas e externas, e também aos embates constitutivos e formadores de nacionalidades e nacionalismos. Por fim, o tema da fronteira está presente na análise da formação e constituição de paradigmáticos tipos sociais americanos, supostamente híbridos e mestiços, como o *cowboy*, o gaúcho, o *huaso*, o mameluco, o *mancebo de la tierra*, dentre outros.

Nestes termos, os *Anales* perpassam estas tópicas ao narrar sua versão sobre a “conquista” colonial do espaço platino ao longo do século XVI, e a constituição da governação do Rio da Prata, “una de las mayores que Su Majestad tiene y posee en las Indias” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 67). Para tanto, percorre rios e caminhos, descreve a fundação de cidades, o encontro e estabelecimento de limites e fronteiras, as alianças e embates com grupos indígenas, as tensões e intercâmbios com o Brasil, as rivalidades entre “conquistadores”, e ainda promove narrativas de mestiçagens e cativeiro.

¹ Apesar de utilizarmos aqui como fonte uma edição intitulada *História*, termo reiteradamente usado por Guzmán ao longo do manuscrito, optamos por nomear *Anales*. Na verdade, os manuscritos não possuem um título formal e já foram chamados inclusive de *Argentina Manuscrita*. De todo modo, o próprio Guzmán utiliza a expressão *Anales* em seu prólogo e assim o mantivemos por pura conveniência.

O personagem

O espaço privilegiado da narrativa de Guzmán é o local onde ele mesmo atuou desde a mocidade. Um espaço abarcado por sua própria vida (De Granda 1979). Centrado no Rio da Prata e Paraguai, a apresentação dos fatos e personagens que participam de sua “conquista” e “povoamento” revela um território colonial em construção e transformação, fundamentalmente articulado pelos abundantes e extensos rios regionais e amplamente conectado com áreas contíguas, como Tucumã, Charcas, Santa Cruz de la Sierra e o próprio Brasil.

Guzmán nasceu em Assunção, Paraguai, por volta de 1560. Era neto materno de Domingos de Irala, um dos primeiros “conquistadores” do Rio da Prata e partícipe da fundação de Assunção em 1537. Irala assumiria o governo do Paraguai entre 1539-1542 e 1544-1556, e seria o verdadeiro *caudillo* e potentado local até sua morte, em 1557. Adepto de uma política de alianças através de casamentos – talvez herdeira das tradições de Cid, *El Campeador* (Maturó 2009) ou mais provavelmente tributária das redes de *cunhadazgo* Guaraní –, Irala constituiria o que a historiografia platina sacramentou como *yiernocracia*. Nas disputas regionais entre caudilhos, nas quais Irala terminou sempre vitorioso, o casamento de suas várias filhas com antigos desafetos ou partidários de seus rivais selava uma rendição e aliança forçada. Foi esse o caso de Alonso Riquelme de Guzmán, o pai de Ruy Díaz. Alonso chegou ao Paraguai com Alvar Cabeza de Vaca, seu tio, que viera assumir o governo platino em 1542. As disputas entre Vaca e Irala dispararam um conflito de bandos que resultou na derrota, prisão e envio a Espanha de Cabeza de Vaca. Seus companheiros e aliados, assentados em Assunção, tiveram que se haver com o partido vencedor. A Alonso, foi-lhe reservado o casamento com uma menina mestiça, Úrsula de Irala, filha do próprio Irala com uma de suas mulheres e concubinas indígenas, Leonor, de origem étnica ainda desconhecida (Machain 2005; Quevedo 2001; Solano 2006).

Dessa forma, Ruy Díaz de Guzmán reuniria em sua própria história familiar a trajetória indígena, os mestiços e os bandos espanhóis em disputa, e essas várias linhas de força, e suas ambíguas fronteiras, se digladiarão em sua narrativa através de lembranças e ocultamentos. Tornaram Ruy Díaz uma espécie de *borderline* identitário (El Jaber 2011). Guzmán passou sua infância entre Assunção e Ciudad Real del Guairá, cidade fundada em 1556 na margem esquerda do rio Paraná, próxima ao Salto do Guairá, e limite oeste da expansão colonial espanhola naqueles anos. É também nesta realidade fronteiriça, portanto, que Guzmán se formou enquanto soldado e letrado,

duas dimensões importantes de sua vida. Já aos dezesseis anos começou a participar de entradas contra parcialidades indígenas no rio Paraná, inclusive contra os Tupis que habitavam os “confins” do Brasil. Nesse tempo, e pelos próximos cinco anos, entre 1576 e 1580, período no qual seu pai faleceria, Guzmán acompanhou Ruy Díaz de Melgarejo, também antigo aliado de Vaca, mas desafeto de seu pai, Alonso, a quem inclusive manteve em presídio no Guairá. Além de entradas contra grupos Tupis, participou de outras contra os Ybirayaras, provavelmente grupos Jê Meridionais que habitavam o espaço que no período colonial ficou conhecido como Guairá; e contra grupos indígenas que viviam nas cercanias dos rios Tibagi e Iguazu, afluentes do Paraná. Nesse tempo, assistiu à segunda fundação de Vila Rica del Espíritu Santo, pelo próprio Melgarejo, em 1577 (Quevedo 2001).

Em 1580, se dirigiu a Santa Fé com seu tio, Martim de Irala, e desde ali rumou para Tucumã, onde participaria de entradas contra as parcialidades de Casabindos, Cochinocas e Goachipas, indígenas *atacameños* que habitavam o *puna* andino na região de Jujuy. Nesse período também se engajou na fundação da cidade de Salta, concretizada por Hernando de Lerma em 1582, e se tornou alferes real e *alguacil mayor*, estabelecendo-se na cidade de Santiago de Estero, capital da governação de Tucumã e passo do caminho potosino, que gradativamente se articulava entre Potosí e Charcas até Buenos Aires, esta recém-refundada em 1580 (Quevedo 2001).

De passagem por Estero rumo ao governo do Paraguai, em Assunção, o novo governador Juan de Torres Navarrete levou consigo Ruy Díaz, que retornava assim ao seu lugar de origem. Ali ele foi nomeado segundo lugar-tenente de governador em Ciudad Real e novamente passou a participar de entradas contra grupos indígenas. Primeiro contra os “Cutuyas” no rumo do rio Iguatemi, afluente do rio Paraná acima; e depois contra os Guaicuru, que haviam cercado, no Tibagi, uma expedição liderada pelo capitão-mor de São Vicente, no Brasil, Jerônimo Leitão. Ruy Díaz ainda teria embates com os Guaicuru do Chaco anos depois, em 1596.

Na década de 1580, Guzmán passou a atuar diretamente na fundação de cidades, bases fundamentais do processo conjugado de expansão das fronteiras coloniais, da conformação de territorialidades, da tentativa de submissão dos povos indígenas, e marco simbólico da *hispanidad* na América; portanto, uma iniciativa concebida como “enobrecedora” e teoricamente merecedora de retribuição em privilégios e mercês, tanto a nível local, quanto imperial. Nossa personagem já havia assistido à fundação de Salta, em Tucumã, e ao traslado de Vila Rica, no Guairá. Em sua narrativa, exaltou seu avô, Irala, como um fundador de oito cidades. Guzmán

seria, ele mesmo, inicialmente escolhido pelo tenente de governador em Assunção, Alonso de Vera y Aragón, para criar uma cidade portuária no local conhecido como Mbiaza, próximo à ilha de Santa Catarina, mas o projeto não prosperou. De todo modo, num prazo de três anos, ele próprio seria responsável por dois traslados: Ciudad Real, refundada mais ao norte do rio Paraná, na desembocadura do rio Piquiri, em 1591; e Vila Rica, para a confluência dos rios Ivaí e Corumbataí, em 1592. Em 1593, voltaria à região do rio Iguatemi, conhecida como província dos Nuarás, e fundaria Santiago de Jerez, nas margens do rio Ivinhema — no atual estado brasileiro de Mato Grosso do Sul —, numa província rebatizada de Nova Andaluzia. A fundação de Jerez lhe traria problemas junto aos moradores de Ciudad Real e Vila Rica, já que limitava o acesso dos moradores daquelas cidades aos indígenas Guaranis da região dos Nuarás, chamados de Itatins. Tal inimizade lhe renderia, inclusive, um período de três meses na prisão. Guzmán se livraria das acusações e seria confirmado como tenente de governador de Santiago de Jerez, função na qual permaneceu até 1600, quando os conflitos entre ele e o futuro governador *criollo* do Paraguai, Hernandarias de Saavedra, se agudizaram (Quevedo 2001).

Nesse ano, Ruy Díaz renunciou ao posto de tenente de Jerez e se dirigiu a Buenos Aires, de onde pretendia embarcar à Espanha, permanecendo na cidade algum tempo. Quando Hernandarias assumiu de fato o governo, em 1601, proibiu a ida de Guzmán à Espanha e promoveu uma residência para averiguar a sua conduta como tenente em Jerez, o que resultou em multa e na sua condenação ao exílio em Santiago de Jerez pelo ano de 1603. Seja como for, Guzmán pouco permaneceu na cidade, já que em 1604 passou por Assunção e se dirigiu a Charcas, sede da Audiência, local onde permaneceu entre 1604 e 1607 e de 1610 a 1614. Entre 1607 e 1610, foi contador da real fazenda de Tucumã. Em Charcas, Guzmán escreveu memoriais, articulou redes de contatos e produziu seu manuscrito, os *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata*.

Ao longo do período de 1614 a 1620, Ruy Díaz capitulou com o vice-rei do Peru a “conquista” e submissão dos indígenas Chiriguano desde o rio Pilcomayo até o Guapay, num projeto amplo que visava unir Charcas ao Rio da Prata através do Chaco. Foi derrotado e obrigado a abandonar a região, regressando a Assunção, onde ainda chegou a ser alcaide, em 1628. Morreu no ano seguinte, em 1629, na mesma Assunção (Quevedo 2001).

A despeito de sua vasta atuação como soldado, fundador de cidades, e de sua profícua produção textual, que incluiu pelo menos três longos memoriais de defesa de acusações, além dos *Anales*, Ruy Díaz de Guzmán nunca atingiu

o ápice da burocracia colonial, apesar do que considerava seus grandes feitos e de sua ascendência, que sempre fez questão de legitimar. De alguma maneira, os ressentimentos e frustrações acompanhariam sua trajetória.

Os *Anales* e a memória

Ao abordarmos a obra de Guzmán, a fronteira já se estabelece em seu gênero. Ficção ou história? Novela ou crônica? A separação entre os gêneros não é fácil nem intransponível (Maturó 2009). Ademais, nos séculos XVI e XVII, tal distinção é ainda mais tênue. As crônicas de Índias compõem uma “zona literária fronteriza” (Leonetti 2013). Como todas as fronteiras, também essa serve para criar obstáculos à aproximação e, ao mesmo tempo, promover regiões de encontro. Desde a antiguidade, modelo para estes homens dos séculos XVI e XVII, a fronteira entre estes gêneros existia, mas não era “aético misturar as duas” (Burke 1997). No século XVI espanhol, por outro lado, uma certa tradição do realismo começou a se afirmar, e as diferenças entre história verdadeira e ficção mentirosa passaram a ser ressaltadas, inclusive pelo cronista oficial de Índias, Gonzalo Fernandez de Oviedo. Para Antonio Castillo Gómez (2014), as acusações de falsidades apontadas nos romances de cavalaria, vistos cada vez mais como mentirosos e fabulosos, denotam isso. Por outro lado, a presença das “fábulas” em meio a textos “realistas”, era comum em histórias que, para além das supostas verdades, guardavam forte sentido moral e exemplar.

Os *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* — terminado de fazer em 1612, conforme consta na dedicatória ao Duque de Medina Sidônia — são assim chamados pelo próprio autor em seu “prólogo y argumento al benigno lector” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 56), apesar de usar o termo “história” em pelo menos nove passagens ao longo da narrativa, e explicitar que estava produzindo uma, inclusive afirmando que objetivava com a história “sacar a luz lo que la memoria tenía puesto en olvido” (*Ibidem*, 317). Como nos ensina Mignolo (1982), o século XVI assiste exatamente à aproximação entre a mais livre e acrônica História, com os regramentos cronológicos dos Anais e Crônicas. Daí uma sintomática mistura de termos na obra de Guzmán.

Ela permaneceu manuscrita até o século XIX, quando foi publicada pela primeira vez. Não existe nenhum manuscrito remanescente do tempo de Guzmán e nenhum dos seis conhecidos é idêntico aos outros. A primeira publicação foi feita em 1835 por Pedro de Angelis (em sua *Colección de obras*

y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata), a partir de uma espécie de mescla de três manuscritos: o de Assunção, o do Rio de Janeiro e o de Buenos Aires. A edição de Angelis foi reeditada em Buenos Aires em 1854, 1882, 1943, 1945 e 1974. Em Assunção, a primeira edição publicada foi em 1845 e trazia uma versão feita a partir de uma cópia do manuscrito encontrada num inventário de 1836, localizado no *Archivo Nacional de Assuncion*, o qual foi o primeiro a utilizar o termo *Argentina* para nomear o texto. Este manuscrito seria uma adaptação, com letra do século XIX, de um outro do século XVIII. Uma nova edição deste manuscrito foi publicada em Assunção em 1980 (Guzmán e Quevedo 1980; Guzmán e Tieffemberg 2012).

Em Buenos Aires, uma edição crítica recente, de 2012, foi publicada com prólogo e notas de Silvia Tieffemberg, professora da Universidade de Buenos Aires. Esta edição se fez a partir do manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que foi cotejado com outro da mesma instituição. Intitulado *Argentina: Historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*, foi nele que nos baseamos neste artigo.

O manuscrito seria originalmente composto por quatro partes (livros), mas só se conhecem três, que se encerram com a fundação de Santa Fé, em 1573. O quarto livro, teoricamente centrado nos anos de atuação do espelho – e rival – de Gúzman, Hernandarias de Saavedra, teria sido eliminado por questões políticas. De todo modo, isto é especulação sobre a qual não pretendemos nos deter.

Mesmo tendo permanecido manuscrito até o século XIX, isso não significa que não tenha sido consultado. Apesar dos originais desaparecidos, das poucas cópias restantes e de sua ausência em compilações do século XVIII (como a *Historia do Novo Mundo*, do valenciano Justo Pastor Fuster), os jesuítas que historiaram o Paraguai – especialmente os padres Nicolas del Techo (século XVII) e Pedro de Lozano (século XVIII) –, o utilizaram com “devoção”, conforme os dizeres de um analista da obra de Guzmán (Guzmán e Quevedo 1980). No período colonial, o manuscrito ficou conhecido como *Argentina*, e assim foi citado diversas vezes por Lozano em seu *História de la Conquista del Paraguay*. A obra de Pedro Vicente Cañete y Domingues (*Guia Histórico de la Provincia de Porosí*), de 1786, se remete ao manuscrito também como *Argentina*, “con credito y autoridad en todas las cousas tocantes al descubrimiento y conquista del Paraguay y Rio de la Plata” (*apud* Guzmán e Quevedo 1980).

A obra de Guzmán pode ser paradigmática quando refletimos sobre a circulação de manuscritos e impressos e sobre os sentidos da memória, nos

quadros do império espanhol (Jiménez Estrella, Lozano Navarro e Sánchez-Montes González 2024). A despeito do desaparecimento do original, algo em nada excepcional, o manuscrito circulou em cópias, alimentando a produção de uma memória que legitimou a presença da Monarquia Hispânica em território platino, tanto sob a verve jesuítica, quanto também nos embates e tratados fronteiriços luso-castelhanos no Prata do século XVIII. Não é fortuito o fato de a maioria das cópias manuscritas conhecidas serem setecentistas. O manuscrito reproduzido em cópias, mais ou menos adulteradas ou glosadas, provavelmente serviu aos argumentos de *utis possidetis* tão bem mobilizados naquele contexto pelos diplomatas em ação. Mas, se o texto fez parte de uma engrenagem da memória no contexto imperial, também o fez no contexto nacionalista do século XIX, quando daria lastro aos mitos de origem na formação das nações platinas.

Seu sucesso – e críticas – vicejaria efetivamente a partir do século XIX. Foi, de certa forma, a base da historiografia platina por dois séculos, ajudando a conformar uma narrativa histórica sobre a região. Foi a grande referência na produção historiográfica sobre o Prata colonial, inclusive para Bartolomeu Mitre, para quem Guzmán era insuperável em termos de autoridade (Guzmán e Quevedo 1980). A incorporação da obra junto às historiografias *criollas* e “nacionais” do Prata refletia o caráter instrumental que estas crônicas coloniais cumpriam na lógica identitária de afirmação nacionalista nestes tempos (Cañizares-Esguerra 2011). Algumas temáticas tratadas por Guzmán entrariam, inclusive, para o imaginário platino, como o caso da narrativa sobre Lucía Miranda.

Contudo, antes do “sucesso” oitocentista, a obra de Guzmán começou a ser contestada ainda no final do século XVIII. Félix de Azara – que data em 1747 o desaparecimento do original que existiria no *Cabildo* de Assunção – acessou um manuscrito em Buenos Aires. Azara chamou Guzmán de inescrupuloso (Guzmán e Quevedo 1980), cumprindo à risca o tipo de crítica setecentista feita às crônicas quinhentistas e seiscentistas bem analisada por Jorge Cañizares-Esguerra (2011). Os episódios mais questionáveis serão os casos de Lucía Miranda e Maldonada, ambos chamados por Azara de “cuentos ridículos” (*apud* Efrain 1999, 118).

O crítico mais implacável de Guzmán, entretanto, seria o francês Paul Grossac, que não pouparia nem o conteúdo, nem a escrita. Chegou a chamar a obra de um “novelón inventado” (*apud* Efrain 1999, 118). A “rusticidade” da escrita de Guzmán já tinha sido apontada pelo editor Angelis, e seria reforçada por historiadores do século XX, como Enrique de Gandia e Efrain Cardoso. Para ambos, apesar da escrita pouco fluente e erudita, era um texto

elogiável sob o ponto de vista investigativo e histórico, apesar das passagens fantasiosas (Guzmán e Quevedo 1980). Pode e deve ser considerada uma obra bem típica do período, sem grandes arroubos personalistas, descritivo na paisagem e com intervalos morais que independem da “verdade” como legitimadores (Maturo 2009). Segue mais uma perspectiva ética, e também pragmática, que semântica. É uma tentativa de resgatar e qualificar a história de seu avô materno, o conquistador Domingos de Irala, que fora desmerecido por Pedro Hernandez nos *Comentários* (1555) sobre o governo de Cabeza de Vaca. Chega a dizer que “se debe a él mayor parte de la conservación de aquella tierra y de los buenos efectos de ella, como se ha visto en el discurso de esta Historia” (Guzmán e Tieffemberg, 293). Fundamentava, assim, sua própria linhagem.

German de Granda considera seu texto composto por uma “naturalidad funcional carente de artificio” (1979, 152), e de uma escrita transicional, ainda repleta de resquícios medievais, mas já incorporando, de modo parcimonioso, alguns “americanismos léxicos”, especialmente nos casos de designações indígenas para a fauna e flora. No geral, Guzmán parece recusar os “guaranismos”, optando, sempre que pode, por traduções ao espanhol. É, para Granda, um texto arcaizante. De qualquer forma, para se apropriar desse espaço narrado, abarcado pela própria vida do narrador, foi necessário elaborar um aparato linguístico, e isso cria uma zona cinzenta de termos e designações.

Desafiante é pensar porque o manuscrito – uma das únicas obras sobre a conquista platina – não se incorporou ao patrimônio livresco do império espanhol da “Era do Ouro”, tão ancorado nos livros. O fato de ser um escritor *criollo*, e mestiço, talvez impusesse restrições à circulação da obra. Alguns analistas não entendem que seu sentido “autobiográfico” e as supostas lendas e inverdades teriam sido suficientemente responsáveis pelo relativo ocultamento da obra (Efraín 1999). De fato, as noções de verossimilhança e inverossimilhança parecem não ser suficientes para abordar e classificar estes textos naquele contexto (Carucci 2013). Em verdade, as “autobiografias” de soldados (onde podemos, sem dúvida, inserir os *Anales*) eram obras de leitura acentuada. Por outro lado, seguindo os postulados do escritor Luis Cabrera de Córdoba, fazer história implicava uma “narración de verdades por hombre sábio para enseñar a buen vivir” (*apud* Efraín 1999, 121). Ou seja, as perguntas fundamentais estavam em quem escreve e para que se escreve.

Tomando Walter Mignolo (1982), e sua proposta tipológica, a obra de Guzmán se encaixa perfeitamente na produção do século XVII, marcada

pela tendência ao particular e pelo conhecimento do regional, mais do que das grandes obras gerais. Mignolo sugere que a incorporação de um texto à memória coletiva se atrela obviamente à sua formação (e qualidade) textual, mas não necessariamente, podendo ser acima de tudo a expressão de uma cultura. Dessa forma, é explicável que somente na formação de um protonacionalismo *criollo* e platino entre os séculos XVIII e XIX, a obra de Guzmán ganharia projeção. Ainda na tipologia de Mignolo, os *Anales* de Guzmán podem responder a uma concepção clássica de narrativa do passado (presente em Tácito), que chama de *annales* o informe dos tempos vividos. De todo modo, sabemos quão confusa é a distinção de *annales*, crônicas e histórias nos séculos XVI-XVII, já que os termos se misturam até o indistinto. Mas o sentido retórico e de gesta permanece, dando à obra um forte sentido moral. Como Cabrera, Las Casas também apontava a tarefa da escrita da história como reservada a letrados e doutos. As condições americanas criaram outros tipos de escritores, como os soldados que, de modo geral, iniciavam seus textos com pedidos de desculpas. Concordamos aqui com Mignolo, quando diz que esse tipo de postura não é só uma falsa modéstia, mas sim a consciência de que estavam invadindo território alheio.

Guzmán é um exemplo bem-acabado disso. Ao dedicar o livro ao Duque de Medina Sidonia (de quem seu avô paterno havia sido pajem e secretário), ele ressalta como seu tratado seria carente de erudição e elegância, assim como a terra da qual ele vinha – “tan inculta y estéril y falta de educación y disciplina” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 55) –, mas entendia sua obra como o primeiro fruto dela. Ao leitor, em seu prólogo, ele justifica seus erros por ser um soldado, não um escritor, mas legitima o trabalho no relato de sua experiência, na consulta de documentos e no testemunho de antigos conquistadores, pessoas de crédito. Assim, intenciona perpetuar a memória da conquista com a “alma da história”, formada pela pureza e verdade. O sentido moral nos parece evidente. Entretanto, Guzmán continua a ser um daqueles “abandonados da monarquia”, na interpretação de Gruzinski (2016), como homens letrados, mas não eruditos, americanos, que ecoam a universalidade do império, mas não ultrapassam sua condição colonial.

O espaço platino

O manuscrito de Guzmán se propõe a narrar os fatos e personagens envolvidas no “descobrimento, conquista e povoamento” do Rio da Prata, cobrindo desde as primeiras experiências de navegação platinas no início do século

XVI até 1573, quando encerra o terceiro livro. Ela compõe, junto com as obras de Luis de Miranda (1536), Alvar Nunes Cabeza de Vaca (1545), Ulrich Schmidt (1567) e Martin del Barco Centenera (1602), um leque de obras afeitas a um “imaginário europeu ‘conquistador’” e “outorgam identidade a uma espacialidade rio-platense” (El Jaber 2011, 15). O “mapa verbal” construído por Guzmán ajudou a forjar uma espécie de identidade regional, uma noção que conformou um imaginário platino para o mundo europeu, o que já teria permitido a apreensão de uma “imagem comum” sobre a região ainda no século XVI (El Jaber 2011; Carucci 2013; Guzmán e Tieffemberg 2012). Para El Jaber (2011), este imaginário sobre o Rio da Prata era marcado, dentre outras características, pelo desalento, pela decepção diante das expectativas de riquezas infindas e pelas dificuldades postas pela fome, pela geografia e pelos indígenas. A fome foi um tema estruturante destas narrativas sobre o Rio da Prata no século XVI (Aldao 2014), tanto a de alimentos, quanto a metafórica fome por riquezas, ambas insatisfeitas.

Las cartas, poemas, relaciones y crónicas que relatan la serie de expediciones fracasadas, el hambre, el caos, las rebeliones y el alto grado de mestizaje llevado a cabo, alimentan esta visión de la tierra rioplatense como aquella que parece poseer un mal que presagia la derrota. (El Jaber 2011, 66)

De fato, perpetuar a memória da conquista do Rio da Prata implicou, em Guzmán, a construção de um espaço colonial. Espaço que foi sendo demarcado – e territorializado –, não sem contradições. Guzmán revela uma experiência de conquista também marcada pelo contraditório, pelas derrotas, motins e conflitos, mas o historiador-soldado buscou, por outro lado, entre espanhóis, narrar a conciliação, e o sentido épico das “conquistas” se evidencia continuamente. Nos *Anales* estão presentes os embates entre conquistadores – como os de Domingos de Irala e Cabeza de Vaca, que são tratados sem traições mútuas (Tieffemberg 2015) –, a revolta de Diego de Abreu, a prisão de Felipe de Cáceres, o papel ambíguo de Ruy Díaz de Melgarejo, a prisão de seu pai – Alonso Riquelme – por Melgarejo; mas aos indígenas é reservado o protagonismo das traições e “perfídias”, como na resistência e vitória dos Chiriguano e no fracasso de Irala na chamada *mala entrada* no território do Chaco. Idas e vindas de um território em formação.

De esta manera sucedió a nuestros españoles en la conquista y descubrimiento del Río de la Plata, de donde pensando volver prósperos y ricos, sucedió tan al contrario que, de todos, ninguno volvió remediado a su natural, acabando todos o los más sus vidas cruel y miserablemente como parece en el discurso del Libro Primero. (Guzmán e Tieffemberg 2012, 189)

As obras – tanto poemas, quanto relatos e crônicas – participaram, todas, inclusive a de Guzmán, de um esforço escriturístico feito em nome da língua do império e que participou ativamente de um projeto de conquista. Narraram e participaram desse projeto conquistador, inclusive porque seus narradores foram partícipes e agentes desse processo. E esse processo se fez num espaço. Atuaram como testemunhas que viveram, ou diretamente ou muito proximamente, os eventos narrados e conheceram grande parte do espaço que percorreram. Este espaço também afetou a subjetividade presente na construção dessas narrativas:

Esta combinación de lo percibido, lo concebido y lo vivido posee una estrecha conexión con el sujeto que experimenta ese espacio. En su cuerpo se vivencia la ligazón entre lo histórico, lo social y lo mental. La realidad material y la práctica espacial afectan la subjetividad, la conciencia, la sociabilidad. (El Jaber 2011, 162)

Um espaço que não existe *per se*, mas que foi construído pelas armas dos soldados e as penas de letrados. O Rio da Prata se constrói também pelas narrativas que, no fundo, não tratam do objeto em si, mas sim da “narración de quien lo posee”, colocando foco nos sujeitos que “conquistaram” e conformaram esta espacialidade colonial (La Jaber 2011, 113). Na obra de Guzmán, soldado e letrado, pode-se dizer que o espaço platino forma o eixo central, mas é um sujeito oculto da narrativa que se expressa pelos percursos dos “conquistadores”, pelo embates com os indígenas e pelos caminhos fluviais e terrestres em meio a uma natureza descrita continuamente em forma *amplificatio* (realce no exagero), o que reforça a dificuldade da gesta (Barriera 2017). Mas o espaço também estrutura o texto, pois “la espacialidad establece una lógica textual que regula tiempos y materia narrativa” (La Jaber 2011, 155). E o Rio da Prata que se forma na narrativa de Guzmán ultrapassa jurisdições, pois transborda para incluir Tucumã, Santa Cruz de la Sierra e, sobretudo, o Brasil.

E assim também o foi para Martín del Barco Centenera, autor do poema *Argentina y conquista del Rio de la Plata: con otros acaecimientos de los reinos del Perú, Tucumán y estado del Brasil*, publicado em Lisboa, em 1602. Centenera (1535-c.1602) era extremenho e teria se tornado licenciado em Salamanca. Embarcou para a América com o *adelantado* do Rio da Prata, Juan Ortiz de Zárate, em viagem que, depois de muito tempo de atraso, chegou ao destino em 1573. Martín vinha como *arcediano* da Igreja do Paraguai e permaneceu na região por alguns anos, acompanhando Ruy Díaz de Melgarejo e Juan de Garay em suas entradas. É muito provável que nessas ocasiões tenha

conhecido pessoalmente Guzmán. O frei Centenera seria ainda secretário no III Concílio de Lima (1582-83), vigário em Charcas e Comissário do Santo Ofício em Cochabamba. Nessa função foi acusado, pelo visitador da Inquisição, de ser vingativo, atuar como mercador, embriagar-se e amancebar-se publicamente. Retornou a Assunção, onde, em função da vacância por morte do bispo, acabou cumprindo este papel como *arcediano*. Foi nomeado procurador de Buenos Aires junto à corte em 1594 e retornou à Espanha. Estabeleceu-se em Lisboa, tornando-se capelão do vice-rei de Portugal, Cristóvão de Moura, e nesta cidade publicou seu poema através da casa editorial de Pedro Craesbeeck (Vittori 1991).

A trajetória de Centenera revela as conexões peninsulares em tempos de união dinástica, mas sua obra expressa sobretudo estas mesmas conexões em solo americano. Ao incluir o Brasil em seu título, e em alguns versos, *Argentina* denota uma espacialidade platina ampliada e conectada pelas ações e trajetórias das personagens da “conquista” – assim como nos *Anales* –, revelando como em termos geo-históricos o espaço se conforma a partir de relações dialéticas entre as características físicas da geografia e as relações sociais que se constroem neste solo (Santos 2006).

Nos *Anales*, as referências ao Brasil ultrapassam a casa das 50, menos apenas que as do Rio da Prata, com pouco mais de 60. São seguidas por Paraguai (38), Tucumã (21), Santa Cruz de la Sierra (20) e Chile (13). As partes meridionais do Brasil, ainda são referenciadas 16 vezes: São Paulo (3), São Vicente (7) e Cananéia (6). A dimensão externa das fronteiras e limites faz-se com o Brasil meridional. Uma presença constante no texto, como que a confirmar o veredito do governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, que disse, a certa altura, que “parece por constelação não se poderem os portugueses em nenhuma parte desapegar dos castelhanos” (*apud* Garcia 1956, 26). Está na descrição da terra que chega a São Vicente (desvelando um território integrado); num rio Anhembi (Tietê) que conecta portugueses e castelhanos; na territorialidade de São Paulo, que avança por um interior de minas de ouro e prata; nas disputas de Rui Mosquera, que saqueia os vicentinos; nas constantes idas e vindas de moradores de Assunção pelos interiores rumo à costa brasileira, enviando cartas e autoridades presas; nos refugiados que se exilam em São Vicente, como Melgarejo; e na presença de portugueses e seus aliados Tupis no Guairá. Se a demarcação costeira de Santa Catarina é precisa – “conocidamente demarcacion y termino de la corona de Castilla” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 121) –, a do interior é silenciada, mostrando mesmo um espaço em disputa, mas também em aliança, como denota a ajuda pelos espanhóis ao capitão-mor de São Vicente,

Jerônimo Leitão, cercado no rio Tibagi. O Brasil parece configurar um espelho, ao qual a narrativa se remete continuamente tanto para demarcar fronteiras e diferenças, quanto para destacar aproximações.

O interior, ao norte, é também um espaço meio mítico, das Amazonas, de muita riqueza e de um povo mesclado de negros e indígenas, “mui belicosos”. É também onde Guzmán situa o *Eldorado*, este renitente mito americano: “Lo que de noticia se tiene es que, por aquella parte, hay muchas naciones de indios que poseen oro y plata, en especial hacia al norte donde entienden caía aquella laguna, que llaman del Dorado” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 91). Em outro trecho, mais adiante:

Supo también de estos indios Domingo de Irala, como entre el Brasil y el Marañón y cabeceras del Río de la Plata había una provincia de mucha gente que tenía sus poblaciones a la ribera de una gran laguna, por denominación El Dorado. Cuyos naturales, dicen, confinan con unos pueblos de solas mujeres, que tienen solo el pecho del lado izquierdo porque el derecho lo consumían con cierto artificio para poder pelear con arco y flechas, de que eran diestras y ejercitadas, aludiendo a las mujeres escitas, de quienes los antiguos escribían y nuestros españoles llamaron las amazonas. (*Ibidem*, 250)

Nesta parte, Guzmán dialoga com um mito que se consolidava naquele mesmo momento. Descrevendo o território, seus rios, riquezas e pobreza, e suas populações indígenas desde o Rio da Prata, a narrativa avança em direção a Tucumã, cruza o Chaco e desce pelos rios alto-peruanos até o Paraguai. Desde ali, vai subindo, chegando ao que chamamos hoje de Pantanal, em território brasileiro. Apresenta então uma população indígena chamada de Orejones:

[...] os cuales viven dentro de una isla que hace este río de más de 10 leguas de largo, y dos y tres de ancho, que es una floresta amenísima, abundante de mil géneros de frutas silvestres, y entre ellas uvas, peras, almendras y aceitunas. Tiénenla los indios toda ocupada de sementeras y chácaras, y en todo el año siembran y cogen sin haber diferencia de invierno ni verano, siendo un perpetuo temple y calidad. Son los indios de aquella isla de buena voluntad y amigos de españoles, llámanles orejones por tener las orejas horadadas en donde tienen metidas ciertas ruedecillas de madera o puntas de mates que ocupan todo el aujero. Viven en galpones redondos, no en forma de pueblo, sino cada parcialidad por sí: consérvanse unos con otros en mucha paz y amistad. Llamaron los antiguos a esta isla el Paraíso Terrenal, por la abundancia y maravillosas calidades que tiene. (*Ibidem*, 87-88)

A região é identificada como muito rica em ouro, prata, algodão e alimentos. Esta representação pantaneira, alagada ao ponto de se confundir

com uma laguna, surge como um lugar abundante e rico que já estivera presente nas cartas de Domingos de Irala e nos relatos de Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidt, mas ainda não corporificada como o mito da “Laguna de los Xarayes”, uma espécie de grande lago central, paradisíaco, de onde partiriam os grandes rios da América do Sul, mito este que foi especialmente alavancado pelos cartógrafos jesuíticos a partir das crônicas e relatos platinos do século XVI e início do XVII, aí incluindo Guzmán. Um “mito geográfico” espanhol, gestado a partir dos conquistadores do Rio da Prata, depois pelos cronistas e finalmente nas representações cartográficas (Costa 2007).

O termo *confin*, que surge na passagem sobre os indígenas do *Eldorado* que “confinam” com as Amazonas, parece refletir uma espacialidade de limites territoriais pouco precisa ou mítica. O termo é especialmente associado aos vagos limites das governações e reinos, como os “confines de la gobernación de Serpa y Silva” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 67); “terra que confina la gobernación del Tucumán” (*Ibidem*, 82); “confines de los Charcas” (*Ibidem*, 96); “confina con la de Chile” (*Ibidem*, 237); “confines de la gobernación de Diego de Rojas” (*Ibidem*, 282); e reitera essa imprecisão mítica quando fala do “Peru y sus confines”, onde ficaria o reino dos Césares, a fantástica cidade perdida, rica em ouro e prata, situada num vago interior da América. Dessa forma, o espaço platino de Guzmán parecia articular territórios conquistados, espaços conectados e confins míticos.

Através de rios e cidades

O “mapa verbal” construído por Guzmán teria sido acompanhado por um mapa cartográfico, uma imagem, como o autor mesmo faz menção quando fala das dimensões do Amazonas, “como parece por la traza y descripción del *mapa*, que aquí pongo en este lugar porque mi intento no fue más de por ella hacer una demostración de lo que contienen aquellas provincias y costas de mar y ríos” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 91). Contudo, nenhum mapa foi encontrado até hoje acompanhando os manuscritos conhecidos. Existe um mapa no *Archivo General de Indias* que contém a anotação do nome de Ruy Díaz de Guzmán no verso, mas é possivelmente uma atribuição posterior. De todo modo, estudos tendem a sugerir que aquele seria mesmo o mapa que acompanharia o manuscrito e que, por razões desconhecidas, teria sido separado (Acevedo 2010). Mas, independentemente da presença ou não do mapa em imagem, a narrativa busca dar conta da conformação e delineamento desta espacialidade platina, com suas bordas

e transbordamentos, e na qual os rios jogam um peso verdadeiramente decisivo na paisagem apresentada.

Desde o Rio da Prata, chamado pelos indígenas de *Parana Guazú*, traduzido como “rio como mar” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 64), seguindo pelo Paraná propriamente dito, um dos “más caudalosos del mundo”, a narrativa segue a descrição desde a costa marítima avançando pelos rios interiores, constituindo um eixo estruturante da narrativa. O Uruguai, que avança pelos Tapes, San Juan, Negro, Santa Ana, Iguazú, Ayembi (Anhembi), Piquiri, este situado no Trópico de Capricórnio, “por cuya causa es lugar enfermísimo” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 77), Ubay, Parana Pané (Paranapanema), Luján, Salado, “el cual atravessa toda la gobernación del Tucumán” (*Ibidem*, 81), Bermejo, Paraguay, Pilcomayo, são alguns dos rios que correm em direção ao grande Rio da Prata, e para onde converge a ação humana, pois eles articulam espaços, territórios e jurisdições, e até mesmo impérios coloniais. A marca fluvial da região platina é evidenciada no texto na medida em que as teias de rios propiciam deslocamentos, oferecem caminhos aos “conquistadores” e à narrativa e servem de referência visual, espacial e de paisagem. Se a circulação é um dos conformadores do espaço, como nos ensinou Braudel (1995), é pelos caminhos, fluviais e terrestres, que ela se faz.

Mas, além do “descobrimento e conquista” do espaço platino feito através dos rios e caminhos, a terceira ação verbal proposta pelos *Anales*, o “povoamento”, se faz através da importante e contínua fundação de povoações nesse espaço em disputa e conformação. O próprio Guzmán espelha em sua trajetória esse processo dinâmico, fundamental e instável, ao participar diretamente da fundação de Salta, da fundação e traslado de Villa Rica, do traslado de Ciudad Real e da fundação, por ele mesmo, de Santiago de Jerez. A cidade tinha um sentido fundamental no processo de conquista e povoamento da América pelos espanhóis. Lugar de reunião de “conquistadores”, espaço abrigado e defensivo, pivô da estruturação das *encomendas*, centro cívico-político-religioso que buscava replicar os modelos culturais espanhóis e assentamento fixo que organizava e conformava a espacialidade colonial articulada pelos caminhos e fluxos das rotas e percursos (Bernabéu 2010; Elliott 2006; Solano 1973-74; Lucena 2005; Morse e Domingues 2017; Romero 2005). Para Silvia Tieffemberg, Guzmán participa de um “proyecto político que privilegiaba la articulación interna del territorio a través de caminos jalonados por ciudades” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 10).

Guzmán pontua em sua narrativa a ação dos conquistadores espanhóis na fundação dos assentamentos que organizavam as governações platinas

em processo de formação. O destacado papel das cidades é explicitado até mesmo quando ele nos fala dos Guaranis do *Tapes*, traduzido por ele como “ciudad” e apresentado como “una provincia de las mejores y más pobladas de este gobierno” (*Ibidem*, 75). A fundação e a “población” das cidades – muitas desaparecidas e trasladadas – são apresentadas em sucessão, como San Juan de Vera, Puerto Real, Santa Cruz de la Sierra, San Lorenzo, Barcos, Londres, Estero, cobrindo ali também uma espacialidade articulada entre o Rio da Prata, Tucumã e Santa Cruz, mas também o Brasil. Na parte sobre o Guairá, e suas cidades, Guzmán avança pelo espaço geográfico conectado:

Donde está fundada 50 leguas por él adentro la villa del Espíritu Santo, en cuya jurisdicción y comarca hay más de 200 mil indios guaraníes poblados, así por ríos y montañas, como en los campos y pinales que corren hasta San Pablo, población del Brasil. Y corriendo el río arriba del Paraná hay otro muy caudaloso que viene de hacia el Brasil, llamado Paraná Pané, en el cual entran otros muchos, que todos ellos son muy poblados, en especial el que dicen Fibajuia, que contiene más de 100 mil indios poblados de esta nación. Nace de una cordillera que llaman Sobaze, que dista poco de San Pablo, juntándose con otros se hace caudaloso y cerca el cerro de Nuestra Señora de Monserrate, que tiene de circuito cinco leguas, por cuya falda sacan los portugueses de aquella costa mucho oro rico de 23 quilates y en lo alto de él se hallan muchas vetas de plata. Cerca del cual don Francisco de Sosa, caballero de esta nación, fundó un pueblo que todavía permanece y se va continuando su efecto y beneficio de las minas de oro y plata. Y volviendo a lo principal de este río, entra otro en él muy grande aunque de muchos arrecifes y saltos, que los naturales llaman Ayembí. Este nace de las espaldas de cabo Frío y pasa por la villa de San Pablo, en cuya ribera está poblada, no tiene indios ningunos, porque los que había fueron echados y destruidos de los portugueses por una rebelión y alzamiento que contra ellos intentaron, poniendo cerco a esta villa para la asolar y destruir, con que no salieron con su intento. (*Ibidem*, 77-78)

O espaço é articulado pelas continuidades indígenas e pelos rios (Paranapanema e Anhembi/Tietê), e Guzmán parece possuir amplo conhecimento sobre o que ocorria nas partes portuguesas, mais especificamente na vila de São Paulo, onde o governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, efetivamente articulava um empreendimento mineral nestes anos, estruturado inclusive pela fundação de uma povoação para a exploração de ouro e prata.

Em termos de cidades coloniais, será, claro, a Assunção, “ciudad más antigua y cabeza de aquel gobierno” (*Ibidem*, 83) e berço do narrador, que a narrativa dará mais destaque. Afinal, não lhe pareceu “ser ocioso tratar en este capítulo de las calidades de ella, por ser madre de todos los que en

ella hemos nacido y de donde han salido todos los pobladores de las demás ciudades de aquella provincia” (*Ibidem*, 300). Guzmán fala de como a “traza de esta ciudad no es ordenada por cuadras y solares de un tamaño, sino en calles anchas y angostas que cruzan a las principales, como algunos lugares de Castilla”, dos calores e vapores, assim como da frescura do rio Paraguai (*Ibidem*, 299). Assunção é também, para nosso narrador, o berço de outras cidades, cumprindo, assim, importante papel na ampliação das fronteiras coloniais, e centro de articulação de novos conquistadores e colonos:

Y se dirá adelante con qué se ha aumentado y amplificado la real Corona, porque el día de hoy ha llegado tanto el multiplico y procreación, que se han fundado en aquella gobernación de solo aquella ciudad ocho colonias de pobladores, correspondiendo todos a la antigua nobleza de donde proceden. (*Ibidem*, 104)

Dentre elas, figurava Ciudad Real, onde nosso narrador passou a infância, que “agregó y redujo la gente que en ella había por estar mal situada y tan cerca y vecina de aquel peligroso salto” (*Ibidem*, 328). Voltando a Assunção, através dela podemos vislumbrar como nosso autor descreveria uma situação de conquista e povoação espanhola bem acomodada:

[...] estaba en este tiempo la ciudad de la Asunción en la mayor prosperidad y aumento que jamás hasta entonces ni después se vio porque, demás del lustre y buen gobierno de la república, eran muy bien servidos de los indios naturales, los vecinos y encomenderos de ella, sin que se presumiese otra cosa en contrario. (*Ibidem*, 357)

O bom governo da cidade e sua estabilidade passava, portanto, pelo bom ordenamento dos indígenas postos a servir obrigatoriamente aos *vecinos* e *encomenderos*, sem contradição. A povoação colonial, em forma de cidade, serviria, dessa forma, para organizar os indígenas submetidos como encomendados. Em Ciudad Real, depois de fundada, “fueron empadronados en esta provincia en todos los ríos comarcas a esta ciudad 40 000 fuegos entendiéndose cada fuego por un indio con su mujer e hijos” (*Ibidem*, 329); em Santa Cruz “fueron empadronados más de 60 000 en su término y jurisdicción” (*Ibidem*, 349), e em Esteco, renomeada como Nuestra Señora de Talavera, se “repartió los naturales de su distrito en 60 vecinos” (*Ibidem*, 384). E os exemplos se alongam. A formação das cidades coloniais platinas ao longo do século XVI, assim como seus traslados e abandonos, obedeceu, na quase totalidade das vezes, aos condicionantes da presença e agência indígena, da qual a estrutura colonial era dependente (Vilardaga 2021).

De todo modo, os caminhos, as cidades e as jurisdições expressam, na obra de Guzmán, um processo de gradativa demarcação do espaço platino, que pode ser entendida como uma territorialização da região do Prata, numa perspectiva que qualifica o território como um fenômeno posterior ao espaço, e sobre o qual se realiza (Raffestin 1993; Haesbaert 2023). Tal construção territorial é personificada na gesta dos “conquistadores” que vencem batalhas, singram os rios e fundam povoações. Isso também fica claro no uso de expressões como *términos*, *límites* e *jurisdicción*. Por exemplo, quando se fala de como Cabeza de Vaca “puso sus armas por límite y término de su gobierno” em Cananéia (Guzmán e Tieffemberg 2012, 68); ou quando Pedro Ramírez de Quiñones, *regente* da Audiência de La Plata, “puso términos y límites a su jurisdicción para que cada uno conocie” (*Ibidem*, 348). Os términos de determinados territórios serviam na lógica colonial como marcos de assentamentos e de limites jurisdicionais internos, de modo geral materializados em povoações, como a de Juan Nuñez de Prado no “territorio de aquel término [Tucumã] donde fundó cerca de la sierra una ciudad que llamó del Barco” (*Ibidem*, 270); ou externos, como na fundação da cidade de Ontiveros por Garcia de Vergara, a mando de Domingos de Irala, pois:

Tuvo acuerdo de hacer una fundación en el término del Brasil, a la parte del noreste sobre el río Paraná, pues era fuerza haber de cursar aquel camino y tener comunicación y trato en aquella costa para, por aquella vía, avisar a Su Majestad del estado de aquella tierra. Juntamente convenía hacerlo por escusar los grandes daños y asalto que los portugueses hacían por aquella parte con los indios carios de esta provincia, llevándolos presos y cautivos sin justificación alguna de guerra, a venderlos por esclavos privándolos de su libertad y sujetándolos a perpetua servidumbre. (*Ibidem*, 292-293)

Portanto, um espaço que vai se organizando e sendo esquadrihado, na narrativa, em limites, términos e jurisdições, pontuado por cidades interligadas por caminhos e que definem as possessões espanholas nesse Rio da Prata alargado. Um território, em suma! Um espaço territorializado, histórico e dinâmico, sobre o qual se afirmam poderes coloniais, e conectado em formato de rede por caminhos e assentamentos, numa teia de fixos e fluxos (Santos 2006). Nesse processo, fez-se necessário também definir esses términos e demarcações com o vizinho Brasil, possessão portuguesa que, a despeito das evidentes conexões e proximidades espaciais, representava uma outra territorialidade. E isso Guzmán faz partindo do tratado primevo, o de Tordesilhas, que “con esta demarcación, los portugueses pusieron su padrón y término en la isla de Santa Catalina, plantando allí una columna de mármol con las quinas y armas de su rey” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 62).

Fronteiras entre indígenas e mestiços

Os términos e jurisdições platinos englobavam os diversos povos indígenas do Rio da Prata, que foram sendo incorporados nestas demarcações e territorializações exógenas, impostas pela lógica da conquista e colonização. Desde a Villa del Espíritu Santo, contabiliza-se em sua “jurisdicción y comarca hay más de 200 mil indios guaraníes poblados, así por ríos y montañas, como en los campos y pinales que corren hasta San Pablo, población del Brasil” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 77). Contudo, dentro e fora destes términos, a palavra *frontera* aparece sempre associada aos limites com povos indígenas, especialmente com os Chiriguanos, indígenas não amigos (*Ibidem*, 83, 94, 98, 351, 380), mas também com os Guaranis em geral (*Ibidem*, 150), inclusive numa referência a um lugar nomeado de *La Frontera*, limite que seria dos Guaranis com outros povos; e os Jaramasins, que viviam na “frontera y serranías del Peru” (*Ibidem*, 332), e os Guajarapos do Itatin (*Ibidem*, 377). Esse parece ser um uso bastante generalizado do termo nestas terras meridionais.

Em 1561, o padre jesuíta José de Anchieta informava em carta enviada desde São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente, que a vila estava “posta *em fronteira* destes numerosos índios” (Anchieta 1933, 171). Em 1572, os oficiais da Câmara da mesma vila registraram a necessidade de se manter os indígenas aliados na vila “por ser em prejuízo da terra e estarmos em *fronteira* e termos notícia dos contrários estarem juntos” (Atas 1967, 22/06/1572). Uma petição feita em Assunção, em 1619, na qual um certo Cristóval Ramirez solicitava a devolução de três indígenas tupis escravizados que supostamente lhe pertenciam, este alega que eles lhe haviam sido dados em pagamento em São Paulo, “*frontera* de los yndios tupies”.² O uso do termo *fronteira* parece remeter diretamente aos pontos de contato, e potencial conflito, com os indígenas “inimigos”, refletindo, portanto, um espaço instável e até certo ponto ameaçador.

A expansão interna espanhola em território platino se fez na aliança com grupos “amigos”, no embate e conquista dos povos chamados de “inimigos” e nas restrições impostas por estes. Esta diferença maniqueísta entre “amigos” e “inimigos” é fundamental na obra de Guzmán. Entre os “inimigos” destacam-se, inclusive pelo seu envolvimento pessoal, os Chiriguanos e “su sed de sangre humana y rabia mortal” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 351). A obra de Guzmán, nesse sentido, participa de um leque de fontes

² ABNB, Sección Colonia, Expediente, *Petición y auto de Pascual y Cristoval Ramirez para devolucion de indios tupis*, EC1619-04.

que desde o século XVI impôs um estereótipo violento, indômito e barbárico aos Chiriguano, imagem que se perpetuou, inclusive, na historiografia (Oliveto 2010).

Por outro lado, os indígenas intitulados *amigos* se tornam, na narrativa, os companheiros dos espanhóis em suas jornadas e demandas: “Y saliendo el capitán Camargo con su compañía y 400 amigos a buscar comida a las chácaras más cercanas” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 201); “llevando consigo algunos cautivos y cantidad de amigos, así guaraní como de la nación nagaces y yapirú” (*Ibidem*, 210); “mandó apereibir 250 soldados con cantidad de amigos, llevando algunos capitanes” (*Ibidem*, 221). Estes se contrapunham aos indígenas inimigos, nunca assim chamados literalmente. Aparecem com outros adjetivos, como os charruas “cruels y bárbaros” (*Ibidem*, 264); os “guaycurús, muy belicosos, los cuales no siembran, ni cogen ningún fruto ni semilla de que se pueden sustentar, sino de caza y pesca. Estos guaycurús dan continua pesadumbre a los vecinos de la Asunción” (*Ibidem*, 83); ou os chamados “chiquitos”, “gente más belicosa e indómita de aquella provincia, con quienes tuvieron grandes reencuentros y escaramuzas” (*Ibidem*, 333).

Não há dúvida de que os indígenas representam o verdadeiro “outro” na obra de Guzmán (Aldao 2010); contudo, dentre estes, o grupo Tupi ganha um sentido duplo, pois além de indígena se identifica aos portugueses: “los australes se dicen tupinambas y tupinachi, son muy belicosos y hablan todos casi una lengua, aunque con alguna diferencia, andan todos desnudos” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 62); “tupís, que son antiguos enemigos de los guaraní y castellanos, y amigos de los portugueses” (*Ibidem*, 279). Tais passagens reforçam uma narrativa conectada entre espacialidades indígenas e coloniais ibéricas. Ademais, a tópica da violência indígena, e sua suposta selvageria e agressividade incontrolável, serviu, desde os primórdios da presença europeia no continente americano, como legitimadora das ações de “conquistadores” como o próprio Guzmán (Roulet 2019).

A contraposição entre “barbárie” e “polícia” também surge na narrativa, demarcando as parcialidades, como os “cutaguas y curumias, todos de una costumbre y lengua, gente bien inclinada y no muy bárbara, no tienen ningún género de brebaje que los pueda emborrachar” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 86); ou os *jarayes*, “una nación de más policía y razón de cuantas en aquella provincia se han descubierto” (*Ibidem*, 88) e “gente de más policía de estas provincias, como ya tengo apuntado” (*Ibidem*, 248).

De fato, um tema subjacente no texto de Guzmán é a forma pela qual as populações indígenas são retratadas. Mesmo os indígenas *amigos* são sempre secundarizados e instrumentalizados pelos espanhóis, cumprindo funções

subalternas. Em verdade, o protagonismo é evidentemente uma prerrogativa espanhola. Contudo, “cuando Ruy Díaz se refiere a los indígenas puede recurrir al esquema maniqueo eurocentrista, pero cuando de mestizos se trata, el proceso mimético ya aludido se resiente” (El Jaber 2011, 79). Devemos recordar que nosso autor era um mestiço, neto por parte materna de uma indígena. Alguns historiadores sugerem que a avó de Guzmán era de origem jaraye, exatamente pela forma elogiosa pela qual ele apresenta esta parcialidade em sua obra, os chamando de gente com “mais polícia e razão”, que pune o adultério e o roubo, e que são facilmente convertidos ao cristianismo (Quevedo 2001). Independente disso, Guzmán parece ocultar sua ascendência materna, fazendo desaparecer sua mãe e priorizando sempre o avô materno, Domingos de Irala, e a ascendência paterna, toda ela espanhola. Para além do evidente patriarcalismo, a origem indígena da mãe parece pesar sobre os ombros de Guzmán.

O autor não sublinha sua condição mestiça, e o termo aparece episodicamente no texto, associando-se a uma personagem como Hernando Diaz, “mozo mal inclinado y de peor intención” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 289). O mesmo quanto à palavra *mancebo* – referente no Paraguai ao *mancebo de la tierra*, o controvertido mestiço regional. A palavra aparece associada diretamente a indígenas jovens e somente a um “mancebo animoso”, Garcia Mosquera, filho de Rui Mosquera, e valorizado por Guzmán como “gran servidor de Su Majestad” (*Ibidem*, 378). No entanto, a despeito do não uso da palavra em si, Guzmán se remete de modo elogioso aos filhos de espanhóis com indígenas:

Tuvieron de las mujeres que les dieron los naturales a los españoles muchos hijos e hijas, a los cuales criaron en buena doctrina y policía, y Su Majestad ha sido servido de honrarlos haciéndolos encomenderos y ocupándolos en cargos honrosos y preeminentes en aquella provincia, y ellos le han servido con mucha fidelidad con sus personas y haciendas, y con los otros españoles y españoles que después vinieron. (*Ibidem*, 184)

Guzmán tributa a estes mestiços a multiplicação das povoações espanholas, valorando, dessa forma, um papel que é sobretudo o seu próprio: o de um mestiço fundador de cidades. Ele ainda os identifica como “buenos soldados, y de gran valor y ánimo, inclinados a la guerra, diestros en el manejo de toda especie de armas, y con especialidad en la escopeta”, e bons ginetes. As mulheres são apontadas como “de buen parecer, hábiles en la labor y costura, para muchos, nobles, de condición afable, discretas y sobre todo, virtuosas y honradas” (*Ibidem*, 185).

Guzmán faz a defesa de uma personagem polêmica. Os mestiços do Paraguai foram condenados por Pedro Hernandez (que escreveu os *Comentários* de Cabeza de Vaca) e por padres como Francisco de Paniagua, que chamava a região de “*parahiso de mahoma*” pela poligamia – lembremos que Irala tinha sete esposas (El Jaber, 2001). O próprio Centenera declamou em seu poema que: “El Guaraní se huelga en gran manera/ de verse emparentar con los cristianos,/ los padres y parientes más cercanos./ ¡Oh lástima de ver muy lastimera,/ que de aquestas mancebas los hermanos,/ a todos los que están amancebados,/ les llaman hoy en día sus cuñados” (Del Barco Centenera 1998).

Pode-se dizer que existia uma visão ambígua em relação aos casamentos mestiços. Apesar de um inicial favorecimento, inclusive pela Igreja, o mestiço já foi visto com desconfiança pelo Conde de Nieva, vice-rei do Peru entre 1561 e 1564, pelas “más atitudes y perigos” para o futuro (Konetzke 1960). Dario Barriera analisa essa personagem especialmente atrelada à história de Santa Fé e faz lembrar o posicionamento do vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, a respeito dos mestiços:

Estas “mezclas”, siempre según Toledo, estaban íntimamente vinculadas con el ejercicio de una “cultura de los motines” –escribió “la única que aprenden”– y los alzamientos contra cabezas y caudillos, vejando el buen gobierno con tiranías. La alineación de ideas expresadas en esa carta es clara: sangre india, barbarización, tiranía: igual, mal gobierno. Las del Tucumán y del Paraguay eran para el Virrey provincias “mal asentadas”; albergaban demasiado número de mestizos y mancebos. Ellos no eran “puros” y por eso no podían ser hombres buenos. (Barriera 2017, 182)

Este sujeito ambíguo, tão presente naquele cenário platino, excelente no uso das armas num mundo voltado à guerra, recebia, no fundo, a ambiguidade no tratamento. O termo *mestizo* começou a se generalizar na década de 1550 (Stolcke 2007). Era o resultado cada vez mais presente de uma sociedade gestada na violência de todos os tipos, especialmente na de gênero, na qual as mulheres indígenas foram distribuídas, mercantilizadas e abusadas continuamente. Os filhos desta violência viviam sob desconfiança, pois suas lealdades e identidades eram sempre postas à prova. A legitimidade destes mestiços era condicionada por uma série de fatores, especialmente o reconhecimento paterno, o que lhes propiciava, ou negava, a possibilidade de herança. “Por todas estas razones socio-sexuales y morales los mestizos adquirieron una identidad socio-política excepcionalmente ambivalente que a la larga se tradujo en unas relaciones con las elites españolas y criollas cargadas de tensión y desconfianza” (*Ibidem*, 40). Eles foram, de algum

modo, classificados numa sociedade que pretendia reproduzir a rigidez social do modelo espanhol, mas que vivia de fato na fluidez e instabilidade de uma nova realidade americana.

Os mestiços passaram a ser vistos cada vez mais como o fruto de um casamento – quando este ocorria – socialmente degradante, e grande parte destes filhos era resultado de amancebamentos; daí, inclusive, seu nome no Paraguai: *mancebos de la tierra*. Gruzinski (2001) estabeleceu categorias do mestiço, divididos por uma espécie de linha invisível que separava os mestiços de “luxo”, reconhecidos pelos pais e pela comunidade, e incorporados aos espanhóis, dos não reconhecidos e empobrecidos. Guzmán navega nestas linhas, tentando salvaguardar e sobressair sua herança espanhola ao mesmo tempo que positiva certa categoria de mestiço. Pode-se compreender sua obra também como uma primeira autorreflexão destes *mancebos*. Mas Ruy Díaz busca não transitar culturalmente nestas identidades ao longo da narrativa. A fronteira de sua identidade é traçada em linhas bem delineadas: o valor do mestiço está em ser um espanhol e não sucumbir à cultura indígena.

Nesse sentido, as histórias de cativo que pontuam a narrativa são efetivamente exemplares. O cativo é uma tópica comum em diversas obras coloniais, e muitas foram produzidas por cativos, inclusive uma pelo tio de Guzmán, Cabeza de Vaca, e sua deambulação pela América do Norte (Operé 2001). “Esas obras conforman, a su turno, un cuerpo tradicional decididamente pre-romántico, luego extendido por Europa. Ruy Díaz de Guzmán hizo un aporte original a esta corriente, sin apartarse del propósito de escribir una Historia” (Maturó 2009, 2). De modo geral afeitas à temática do amor (palavra que tem 11 incidências no texto referido), tópica humanista por excelência, as “fábulas” (como alguns preferem chamar) funcionam como uma espécie de intervalo moral da narrativa, e alguns episódios de cativo entram nessa categoria. Os cativos pontuam aqui e ali no texto, mas um caso sobressai: o de Lucía Miranda, esposa de um tal Sebastião Hurtado, que desperta os amores de dois irmãos indígenas (Mangoré e Ziripó), que de *amigos* passam a traidores dos espanhóis.

Guzmán situa este episódio em 1532. O casal se tornara cativo destes irmãos indígenas e Lucía teria resistido ao assédio sucessivo de ambos. Contudo, apesar de o casal Lucía e Sebastião serem proibidos de se encontrar, mantiveram seu amor às escondidas, pois “el amor no se puede ocultar ni guardar ley” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 114). Flagrados depois de uma intriga, ele termina sendo executado a flechadas, como um bom São Sebastião; e ela, “la buena Lucía”, queimada viva numa grande fogueira,

que “aceptó con gran valor, sufriendo el incendio donde acabó su vida como verdadera cristiana, pidiendo a Nuestro Señor hubiese misericordia y perdonase sus grandes pecados” (*Ibidem*, 115). A lição parece ser: antes morrer que se entregar a bárbaros.

A outra personagem é Maldonada, fugitiva da fome e do canibalismo da primeira Buenos Aires, que tenta ser uma cativa voluntária. Refugiada numa gruta, ajuda uma “leoa” a parir sua ninhada. O afeto entre a leoa e a mulher aumenta. Cativada mais tarde pelos indígenas, termina depois de algum tempo sendo resgatada pelos espanhóis. Um capitão cruel a condena à morte por traição. Amarrada a um poste para ser devorada por feras, é protegida pela leoa que ali aparece. Libertada mais tarde, diz Guzmán tê-la conhecido e sugere que seu nome fosse alterado para *Biendonada* (*Ibidem*, 156).

O tema do cativo – típico de fronteira – é vasto e bastante rico. Estratégia amplamente utilizada pelos indígenas, que a utilizavam para diversos objetivos, é impossível fazer uma tipologia uniforme sobre o cativo, mas é evidente que a desconfiança pairava especialmente sobre as mulheres “cristãs” resgatadas. Estas personagens que cruzavam perigosas fronteiras vinham carregadas de moralidade (Operé 2001). Lucía e Maldonada dialogam claramente com estes interditos. Curiosa é a constatação de que, apesar do nítido silenciamento das mulheres na narrativa – pensada para divulgar a ação de homens –, elas são as protagonistas dos dois intervalos morais dos *Anales*, partes que os críticos dos séculos XIX e XX elegeram para desmerecer a obra (Maturo 2009).

De todo modo, o tema do cativo teria na literatura um terreno fértil, e o caso de Lucía Miranda é exemplar nesse sentido, o que torna ainda mais confusa a separação entre ficção e história. Desde o século XVIII, o episódio inaugurado em termos de narrativa por Guzmán aparece como paradigma da luta do bem contra o mal, estando em peças teatrais e dramas de 1789, e romances de 1864, 1883, 1918 e 1929. Assim, nesta enorme fronteira em ebulição, como é a platina neste contexto, as personagens dos cativos – assim como os mestiços – são facetas das mais interessantes destas zonas de contato.

Considerações finais

Ruy Díaz de Guzmán espelha em sua obra um espaço platino em formação, com seus embates e contradições. Um espaço que se tornava, naquele tempo, um território colonial forjado na violência da “conquista” e no estabelecimento de assentamentos urbanos interligados por caminhos fluviais e

terrestres. Uma obra sobre fronteiras: espaciais, narrativas e identitárias. Na conformação territorial, estruturada pela colonização e seus aparatos institucionais e jurisdicionais, formaram-se fronteiras entre espanhóis e indígenas, entre espanhóis e portugueses. Ainda tênues, porosas e dinâmicas, mas fundamentais numa gradativa identificação, e diferenciação, entre o império espanhol e os “outros”. Como sempre, e como qualquer fronteira, ambígua entre a aproximação e a separação.

Por outro lado, entre a crônica e a história também trafegou *Anales*, obra cujo manuscrito original desapareceu, mas que assim mesmo circulou em cópias pelos meandros do império, engendrando memórias tocadas pelas circunstâncias dos interesses imperiais do século XVIII e nacionalistas do século XIX. A obra tornou-se uma gesta da presença espanhola no Rio da Prata. Nos *Anales* também se gestaram cativos, mestiços, indígenas amigos e inimigos; fizeram-se nascer cidades e fronteiras; e acompanharam-se intrigas entre espanhóis e conexões luso-castelhanas. Nesse território de conflitos, o autor enfrentou os seus próprios, resultantes da necessidade de legitimar sua ascendência – e a si mesmo – e tornar história, a memória dos feitos de seus antepassados. Mesmo que de maneira rústica, seu texto segue as normas – e tópicos – de sua época, ocultando-se, no final das contas, mais por tentar entrar num mundo que, no fundo, não lhe pertence: o de soldado que quer ser escritor e o mestiço que almeja ser espanhol. As fronteiras se cruzaram e transbordaram na vida e na narrativa de Guzmán.

Manuscritos

- ABNB, Sección Colonia, Expediente, Petición y auto de Pascual y Cristoval Ramirez para devolución de índios tupis, EC1619-04.

Bibliografía

- ACEVEDO, Daniel García. 2010. *Contribución al Estudio de la Cartografía de los Países del Rio de La Plata: El Mapa Inedito le Ruy Diaz le Guzman* (1905). Kessinger Publishing.
- ALDAO, María Inés. 2010. “¿Quién es el otro? El problema de la identidad en los textos coloniales del Río de la Plata”. *Gramma* 1(3) (extra): 45-50.

- ALDAO, María Inés. 2014. “Hambre, antropofagia y la construcción de la alteridad en el siglo XVI: los casos Schmidl y Staden”. *Zama: Revista del Instituto de Literatura Hispanoamericana* 6(6): 19-30.
- ANCHIETA, Pe. José de. 1933. *Informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Civilização Brasileira.
- ATAS DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO. 1967. Volume 1. 2.^a ed. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura de São Paulo.
- BARRIERA, Darío. 2017. *Abrir puertas a la tierra: microanálisis de la construcción de un espacio político: Santa Fe, 1573-1640*. Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, Museo Histórico Provincial Brigadier Estanislao López.
- BERNABÉU, Salvador, e Consuelo Varela Bueno (eds). 2010 *La ciudad americana: mitos, espacios y control social*. Ediciones Doces Calles.
- BOCCARA, Guillaume. 2005. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Acessado em 10 outubro 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/426>.
- BRAUDEL, Fernand. 1995. *Civilização material, economia e capitalismo — séculos XV-XVIII*. Vol. 2: As estruturas do cotidiano. Martins Fontes.
- BURKE, Peter. 1997. “As fronteiras instáveis entre história e ficção”. In *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. Xamã.
- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. 2011. *Como escrever a História do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII*. EDUSP.
- CARUCCI, Alberto Rodriguez. 2013. “¿Crónicas de Índias: Literatura de fundación?”. *Miscelânea* 13: 17-39.
- COSTA, Maria de F. 2007. “De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 45: 21-36.
- DEL BARCO CENTENERA, Martín. 1998. *Argentina y Conquista del Río de la Plata [1602]*. Editado por Silvia Tieffemberg. Universidad de Buenos Aires, Instituto de Literatura Hispanoamericana.
- EFRAÍN, Ornar. 1999. “Historia y ficción literaria en el siglo XVII: La Argentina de Ruy Díaz de Guzmán”. Actas del V Congreso Internacional de la Asociación Internacional Siglo de Oro.
- EL JABER, Loreley. 2001. “Asunción: El paraíso de Mahoma o la Sodoma del Plata: La mujer indígena en la conquista rioplatense”. *Latin American Literary Review* 29(58): 101-113.

- EL JABER, Loreley. 2011. *Un país malsano: la conquista del espacio en las crónicas del Río de la Plata: siglos XVI y XVII*. Beatriz Viterbo Editora/Universidad Nacional de Rosario.
- ELLIOTT, John H. 2006. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Taurus.
- GARCIA, Nilo. 1956. *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*. Tese de Livre Docência. Universidade do DF, Rio de Janeiro.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. 2014. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. Cotia, Ateliê Editorial.
- GRANDA GUTIÉRREZ, Germán de. 1979. "Personalidad histórica y perfil lingüístico de Ruy Díaz de Guzmán (1560?-1629)". *Thesaurus: Boletín del Instituto Caro y Cuervo* 34(1-3): 138-163.
- GRUZINSKI, Serge. 2001. *O Pensamento Mestiço*. Companhia das Letras.
- GRUZINSKI, Serge. 2014. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Editora UFMG, EDUSP.
- GUÉRIN, Miguel A. 1974. "Las ediciones de la Colección... de Pedro de Angelis". *Revista del Instituto Nacional Superior del Profesorado Joaquín V. González* 1, 1.
- GUZMÁN, Ruy Díaz, e Roberto Quevedo. 1980. *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de La Plata*. Ediciones Comuneros.
- GUZMÁN, Ruy Díaz, e Silvia Tieffemberg. 2012. *Argentina: historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- HAESBAERT, Rogério. 2023. "Conceitos fundamentais da Geografia. Território". *GEOgraphia* 25: 55.
- HERZOG, Tamar. 2015. *Frontiers of possession. Spain and Portugal en Europe and Americas*. Harvard University Press.
- KONETZKE, Richard. 1960. "Los mestizos en la legislación colonial". *Revista de Estudios Políticos* 112.
- JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio, Julián J. Lozano Navarro e Francisco Sánchez-Montes González (eds.). 2024. *La construcción de la memoria. El pasado y sus relatos en la Monarquía Hispánica*. Comares Historia.
- LEONETTI, Francesca. 2013. "Las crónicas de Indias: fronteras de espacios y confluencia de géneros". In *Frontiere: soglie e interazioni. I linguaggi ispanici nella tradizione e nella contemporaneità*, editado por A. Cassol, D. Crivellari, F. Gherardi e P. Taravacci. Labirinti-152. Università di Trento, Dipartimento di Lettere e Filosofia.

- LUCENA GIRALDO, Manuel. 2005. *A los cuatro vientos. Las ciudades de la América Hispánica*. Marcial Pons-Fundación Carolina.
- MACHAIN, Lafuente. 2005. *El gobernador Domingo Martínez de Irala*. Academia Paraguaya de Historia.
- MATURO, Graciela. 2009. “La Historia novelesca de Ruy Díaz de Guzmán. Una defensa de la mestización y la evangelización americana”. *Bibliographica americana: Revista Interdisciplinaria de Estudios Coloniales* 5.
- MIGNOLO, Walter. 1982. “Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento de América”. In *Historia de la Literatura Hispanoamericana*, Tomo 1, coordinado por Luis Inigo Madrigal. Cátedra.
- MORSE, Richard; Beatriz Helena Domingues (org.). 2017. *Cidades e cultura política nas Américas*. UFMG.
- OLIVETO, Guillermina. 2010. “Chiriguano: la construcción de un estereotipo en la política colonizadora del surandino”. *Memoria Americana* 18(1):43-69. https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37512010000100002.
- OPERÉ, Fernando. 2001. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica*. Fondo de Cultura Económica.
- PRADO, Fabrício. 2012. “The fringes of empires: recente scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America”. *History Compass* 10(4): 318-333.
- QUEVEDO, Roberto. 2001. *Ruy Díaz de Guzmán. Sus obras, fundaciones y su tiempo*. Municipalidad de Asunción.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. Ática.
- ROULET, Florencia. 2019. “Los rostros de la violencia colonial en el Río de la Plata (siglos XVI-XVIII)”. *Revista TEFROS* 17(2): 10-45.
- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo. 2008. “Sangre y mestizaje en la América Hispánica”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 35: 279-309.
- ROMERO, José Luis. 2005. *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas*. Siglo Veintiuno Editores Argentina.
- SANTOS, Milton. 2006. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- SLATTA, Richard W. 2012. “Comparing and exploring frontier myth and reality in Latin America”. *History Compass* 10(5): 375-385.
- SOLANO, Francisco de. 1973-1974. “El proceso urbano iberoamericano desde sus orígenes hasta los principios del siglo XIX. Estudio bibliográfico”. *Revista de Indias* 137/138: 727-880.

- SOLANO, Ramon. 2006. *Irala, Vida e obra de Domingo de Irala*. Academia Paraguaya de Historia.
- STOLCKE, Verona. 2007. “Los mestizos no nacen, sino que se hacen”. In *Identidades Ambivalentes en América Latina (Siglos XVI-XXI)*, editado por Alexandre Coello e Verona Stolcke. Bellatera.
- TIEFFEMBERG, Silvia. 2015. “¡Aquí no hay traidor ninguno! Leales y comuneros en la Argentina de Ruy Díaz de Guzmán”. Zama. *Revista del Instituto de Literatura Hispanoamericana* 7(7): 131-146.
- VILARDAGA, José Carlos. 2021. “Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 29: 1-28.
- VÍTTORI, José Luis. 1991. *Del Barco Centenera y “La Argentina”*. *Orígenes del realismo mágico en América*. Ediciones Colmegna.